



Comunicado de Imprensa nº 11/160  
PARA DIVULGAÇÃO IMEDIATA  
5 de Maio de 2011

Fundo Monetário Internacional  
Washington, D.C. 20431 EUA

## **FMI assina acordo técnico de 26 mil milhões de euros com Portugal no âmbito do Programa de Financiamento Ampliado**

Dominique Strauss-Kahn, Director-Geral do Fundo Monetário Internacional (FMI), fez hoje o seguinte pronunciamento sobre Portugal:

“As autoridades portuguesas elaboraram um ambicioso programa plurianual que visa a superação dos desafios económicos do país e que tem como objectivo precípuo estimular o crescimento e o emprego. A base do programa é uma **estratégia focada em três vertentes**: restaurar a competitividade, garantir uma trajetória orçamental equilibrada e estabilizar o sector financeiro.

“A primeira prioridade é **fazer face aos profundos problemas estruturais** que levaram Portugal a registar as mais baixas taxas de crescimento da zona euro na última década e a alcançar a mais alta taxa de desemprego dos últimos dez anos. Para sanar estes problemas, é essencial fomentar a produtividade e a concorrência.

“Para atingir este objectivo, será preciso reduzir o envolvimento do sector público na economia e enfrentar o problema da procura incessante por rendas monopolistas e lucros excessivos no sector de bens não transaccionáveis. As medidas específicas para o efeito incluem o corte dos subsídios no sector da electricidade, a facilitação da entrada no mercado de telecomunicações e a redução do número de profissões regulamentadas.

“A competitividade também seria favorecida pelo uso de uma solução potencialmente transformadora de “desvalorização fiscal”, que envolve planos para um corte drástico das contribuições para a segurança social (compensado por outros ajustamentos nos impostos e nas despesas, conforme apropriado) visando a diminuição significativa dos custos laborais. Para além disso, um dos importantes focos do programa é melhorar o funcionamento do mercado de trabalho, para facilitar a transição dos trabalhadores para áreas da economia em expansão. Trata ainda da questão do regime de “contratos duplos”, que restringe as oportunidades de emprego, principalmente para os jovens.

“A segunda prioridade do programa é o **fortalecimento da política orçamental**. Uma combinação de medidas cuidadosamente equacionadas – equivalentes a cerca de 10 por cento do PIB, já contando as medidas incluídas no orçamento de 2011 – reduzirá o défice orçamental para 3% do PIB em 2013 e estabilizará a dívida do sector público. Estas medidas serão apoiadas por melhorias na execução da política orçamental. A trajectória das finanças públicas reflecte um compromisso entre a necessidade de tomar medidas concretas e imediatas para restaurar a confiança do mercado e de dar tempo suficiente para que as reformas relancem o crescimento.

“Na vertente da despesa, as medidas incluem a redução dos subsídios e transferências públicas e a melhor definição de prioridades para as despesas de investimento. Na vertente da receita, a estratégia visa alterar a composição da tributação, com maior ênfase nos impostos indirectos e sobre a propriedade, alargando a base de tributação – tornando-a mais justa e equitativa.

“A terceira prioridade do programa é **garantir a estabilidade do sector financeiro**. Dentre as medidas para o efeito figuram o aumento dos rácios de capital dos bancos, o reforço da regulamentação e supervisão e a introdução de um novo mecanismo de apoio à solvabilidade – totalmente custeado no âmbito do programa – para ser usado conforme necessário.

“Para além disso, as autoridades atribuem grande importância à salvaguarda das redes de protecção social. Não haverá redução dos salários e pensões públicos para aqueles nos escalões mais baixos de rendimentos. A assistência aos mais vulneráveis será garantida através de uma melhor definição das prioridades e da aplicação de aferição de rendimentos. A ajuda financeira substancial que está a ser prestada pela comunidade internacional também contribuirá para minimizar os custos sociais.

“O pacote de financiamento, no montante de 78 mil milhões de euros (cerca de 116 mil milhões de dólares), foi concebido para dar a Portugal algum espaço de manobra para contrair empréstimos nos mercados enquanto demonstra a implementação das medidas de política necessárias para relançar a economia.

“Deste total, os compromissos assumidos pela União Europeia ascendem a 52 mil milhões de euros (cerca de 78 mil milhões de dólares). O contributo do FMI será na forma de um empréstimo de três anos ao abrigo do Programa de Financiamento Ampliado (EFF, na sigla inglesa) no montante de DSE 24 mil milhões (cerca de 26 mil milhões de euros, ou 39 mil milhões de dólares), que representa aproximadamente 2.300 por cento da cota de Portugal na instituição. O FMI activou o procedimento de via rápida para a apreciação deste EFF, e a minha expectativa é de que o acordo seja submetido à aprovação do Directório Executivo até ao final deste mês.

“Trata-se de um programa ambicioso, que exigirá sacrifícios do povo português. Mas, no contexto de um genuíno esforço nacional, este programa conduzirá a uma economia mais forte e mais dinâmica, capaz de gerar crescimento, empregos e oportunidades. O programa conta com substancial apoio interpartidário, que é fundamental para o seu êxito, tanto quanto o vigor na implementação das medidas que o compõem. O FMI, juntamente com os nossos parceiros europeus, está empenhado em apoiar estes esforços.”